

> Fevereiro 2023

«RESPEITO PELOS PROFESSORES, VALORIZAÇÃO DA PROFISSÃO»

## Porque lutam os professores?

POR MÁRIO NOGUEIRA

**A**s greves convocadas pelos sindicatos de professores a partir de 16 de Janeiro constituem uma forma de luta particularmente pujante, mas inscrevem-se num combate de décadas pela Escola Pública, intensificado a partir de 2018. A Escola Pública sofreu desde o governo de José Sócrates, quando era ministra da Educação Lurdes Rodrigues (2005-2009), alterações profundamente danosas que nunca foram revertidas por executivos posteriores. Esse conjunto de reformas neoliberais, que marca um «antes» e um «depois» no ensino público, inaugurou um longo período marcado, entre muitos outros aspectos, pela desvalorização das carreiras e da profissão docente, cada vez mais marcada pelos vínculos precários; pela degradação da gestão democrática das escolas, num quadro de aumento da burocracia e deterioração da cooperação; pela redução de orçamentos com impacto em toda a vida escolar — do frio que se passa nas aulas à falta de professores. Os sindicatos mobilizaram-se, mas dar passos em frente foi dando lugar a lutas de resistência, sem que vissem os problemas resolverem-se nem as condições de trabalho e de vida melhorarem. O impacto acumulado de toda esta degradação na Educação explica, depois da crise pandémica e no meio de mais uma crise que afecta o país, a dimensão que a mobilização sindical dos professores hoje atinge.

Os objectivos visíveis e enunciados da luta dos professores são claros: regime de colocações justo, promotor de estabilidade e que elimine a precariedade; valorização da carreira e do salário; regime específico de aposentação; horários de trabalho adequados às exigências da sua profissão; protecção efectiva de quem se encontra doente, entre outros não menos importantes, e que os professores sintetizam em meia dúzia de palavras: Respeito pelos Professores; Valorização da Profissão.

Por detrás de uma luta tão forte como a que está em curso, que, curiosamente, após Lurdes Rodrigues (LR), ministra entre 2005 e 2009, nunca tendo parado, tem estalado em momentos mais fortes de cinco em cinco anos (2008 — 2013 — 2018 — 2023), está um profundo mal-estar e um descontentamento enorme que tem levado milhares de jovens professores a abandonarem a profissão e os mais velhos, ansiosamente, a descontarem cada dia que passa até chegarem ao que lhes permitirá requerer a aposentação. Isto não é normal entre profissionais, ainda mais numa profissão em que não se caiu por acaso, mas foi escolhida de livre vontade.

Será legítimo perguntar como se chegou a este estado; a resposta não se limita a aspectos de natureza socioprofissional, antes se estende a múltiplos aspectos da vida das escolas, que vão desde a sua organização e funcionamento, e ao estado em que se encontra a Educação, anualmente reflectido nos relatórios do Conselho Nacional de Educação (CNE) e em estudos que vão sendo publicados pelas

organizações sindicais, pela academia e por outras entidades, de associações profissionais a fundações.

Como acontece em tudo na vida, seja na de cada um ou na dos colectivos, há sempre uma referência antes da qual tudo se organizava e movia de uma forma e a partir da qual passou a ser diferente. Na vida de cada sujeito pode ser um casamento, uma separação, um filho que nasceu, uma doença ou um acidente, até a sorte no Euromilhões... na vida da Terra tivemos a extinção do Cretáceo-Paleógeno (K-Pg), momento popularmente conhecido como o antes e o depois da grande extinção, que praticamente arrasou a vida no planeta.

## Das lutas para dar passos em frente às lutas de resistência

Ainda na lógica do «antes» e do «depois», outro exemplo é o dos cristãos e o seu calendário que se organiza por referência a Cristo (AC e DC). Pois bem, na Educação a referência é mesmo LR. Não significa com isto que no período ALR os professores não tivessem motivos para lutar. Tinham, mas as suas lutas destinavam-se a dar passos em frente, a obter melhores condições de trabalho, a valorizar a carreira e a profissão nos planos social e material, a garantir mais estabilidade, a democratizar a escola ou a conseguir o reforço das verbas para a Educação. No DLR, as lutas foram quase sempre de resistência, destinadas a não deixar que os professores e as escolas, de uma forma geral a Educação, perdessem o que já tinham, mesmo não sendo muito. Que não se perdesse em orçamento para a Educação, em democracia e participação na organização da escola ou em direitos e condições de trabalho, só para dar alguns exemplos.

Estes «ganhos», por vezes difíceis de explicar, pois defende-se para que não se agrave, o que já não é grande coisa, leva a que o que a luta consegue, mesmo quando há pequenas melhorias ou ligeiros ajustes para superar uma ou outra injustiça mais gritante, seja visto como vitória pírrica. Então, disparam as críticas e abre-se espaço ao radicalismo que, mesmo sendo estéril, acaba por ser mobilizador, pois assenta em sentimentos reais de insatisfação e injustiça. Surge e alastra um discurso centrado na vitimização e o seu cariz populista encontra terreno para potencializar emoções fortes que se expressam no «agora ou nunca» e no «tudo ou nada». O perigo de se chegar a este estado — que, apesar de tudo, não é aquele em que se encontram os professores e a sua luta — é que a velocidade com que o balão enche é, muitas vezes, a mesma com que despeja e, a partir desse momento, são os sentimentos de desilusão e de frustração que se apoderam de quem lutou até ao limite, levando ao desalento que é inimigo da mobilização para continuar a lutar.

O período LR (sendo LR apenas o rosto de uma política que tinha um comando superior, que o primeiro-ministro de então, José Sócrates, liderava) mudou muito a vida dos professores (carreira, aposentação, condições e horários de trabalho ou precariedade, que disparou a partir daí), mas também, e de que forma, a vidas das escolas. Foi o fim dos últimos laivos de gestão democrática; foram os contratos de autonomia, cujo lema era fazer mais com o mesmo; foram dados passos, como até aí não tinham sido dados, no sentido da municipalização; os orçamentos anuais para a Educação, no âmbito do Orçamentos do Estado, que no início do milénio ultrapassavam os 5% do produto interno bruto (PIB), iniciavam o processo de minguar e isso começou a fazer-se sentir no quotidiano de cada escola em aspectos que deveriam nem sequer ter discussão como, por exemplo, o aquecimento das salas de aulas no pico do Inverno.

Novidade, também, foi o acentuar de um discurso que procurava desvalorizar os professores aos olhos da opinião pública, facilitando, no plano social, a imposição das medidas pretendidas pelo governo. Não é que governantes anteriores não o tivessem tentado, mas outros, contrariando-o, até se declaravam apaixonados pela Educação. A partir dali e no DLR, qualquer referência mais elogiosa aos docentes, por simples que fosse, não deixou de cheirar a hipocrisia, até porque as políticas não acompanhavam esse discurso.

## O drama do aumento da burocracia e da corrosão da cooperação

Na altura, este verdadeiro ataque à dignidade dos professores tinha por protagonistas governantes que iam dos secretários de Estado da Educação ao primeiro-ministro e a ministros diversos, que chegaram a fazer périplos organizados de visitas a escolas, mas, convenhamos, a equipa ministerial da Educação nunca deixou por bocas alheias a desconsideração pelos professores. Sobre tudo o que aconteceu, desabaram, já depois, as medidas da Troika, agravando ainda mais os problemas e criando, a partir daí, um clima muito negativo nas escolas.

Aos professores foram valendo as salas de aula onde nunca deixaram de exercer, de forma competente e exemplar, a profissão; porém, fora delas, foi a burocracia a imperar cada vez mais e o clima de cooperação, indispensável ao trabalho da escola, a degradar-se, com o intratável regime de avaliação do desempenho.

É verdade que os profissionais docentes não se deixaram despersonalizar e mantiveram uma postura profissional irrepreensível, de dedicação aos seus alunos, que foi ainda mais reconhecida pela sociedade nos períodos em que o país confinou, com a pandemia de Covid-19, e as escolas encerraram. Só que o prazer com que, no período ALR, desempenhavam as suas funções, transformou-se em esforço, sacrifício e isso provocou nos profissionais elevados níveis de stress e mesmo *burnout*. Um desgaste como nunca se tinha visto, ainda por cima prolongado como nunca, devido ao tempo que foi acrescentado àquele de que os professores já se queixavam, por considerarem exagerado, para se aposentarem.

Hoje é uma profissão envelhecida e cansada a que temos nas escolas. Mesmo quem consegue sair da precariedade e entrar nos quadros quase não faz baixar a média de idades, e traz consigo o desgaste de quem passou anos de casa às costas, expressão tão ao gosto do primeiro-ministro António Costa, e rejeitou a tenda de campismo que este lhe ofereceu para se fixar a centenas de quilómetros da residência habitual da família. São profissionais que bem antes dos cinquenta anos já viram desfeitas quase todas as suas ilusões relativamente à profissão que, com entusiasmo, tinham escolhido.

É tudo isto, cuja complexidade se percebe, que leva os professores à luta. Objectivos reivindicativos imediatos, obviamente, mas todos estes sentimentos de desrespeito, desilusão, desconsideração, desvalorização que provocam uma espécie de dormência permanente sobre a profissão, que não desaparece com medidas de curandeiro ou mãos de endireita, por habilidosas que sejam, mas com políticas que valorizem de facto a Educação, a Escola Pública e os Professores.

O investimento na Educação é fundamental e não existe, estando cada vez mais dependente de fundos que chegam acompanhados de elegibilidades nas quais os professores não contam. As escolas perdem profissionais todos os dias. Uns porque abandonam precocemente a profissão e outros porque se aposentam. Cresce o número de alunos que não têm todos os professores de todas as disciplinas e o de diplomados não profissionalizados que vão disfarçando o problema.

Os professores sabem que dar resposta aos problemas que os afectam terá um efeito que vai muito para além do presente e do imediato, ou seja, de si mesmos; sabem que a valorização da profissão e a criação de condições de atractividade são decisivas para o seu futuro, o futuro da Escola Pública e da Educação de qualidade. Por isso lutam e por isso surge, nas suas palavras de ordem, cada vez com maior frequência, a expressão «Não paramos». É bom que assim seja: é sinal de determinação e firmeza num momento tão difícil como aquele em que vivemos, e de consciência de que a sua luta vai muito para além do problema que afecta cada um.

MÁRIO NOGUEIRA  
Secretário-geral da FENPROF — Federação Nacional dos Professores.